

**Moção de repúdio à ação do ICMBio de demolição do Terreiro de Jarê Peji da Pedra
Branca de Oxóssi, em Lençóis, Bahia.**

Remetente: Comitê de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Destinatários: Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; Presidência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski; Ministra da Cultura, Margareth Menezes; Fundação Cultural Palmares; Ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco; Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida.

A Associação Brasileira de Antropologia, por meio do seu comitê de Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, expressa seu repúdio à ação comandada pelo ICMBio/MMA que demoliu o Terreiro de Jarê Peji da Pedra Branca de Oxóssi, liderado por Gilberto Tito de Araújo (Damaré), localizado dentro do Parque Nacional da Chapada Diamantina.

O ICMBio, através de nota publicada no blog oficial do PARNA Chapada, alega que a ação se deu contra “invasões e construções irregulares” dentro da área do Parque identificadas apenas por imagens de satélite. Na nota a instituição também afirma que o terreiro não diferia dos demais imóveis demolidos e alega desconhecer quais terreiros existem dentro dos limites do parque.

O terreiro tinha uma placa de identificação na entrada, que dizia “Peji Pedra Branca de Oxóssi: A mata se levanta, poeira levanta, pedra do morro desce e a terra estremece”. Além disso, havia o crânio de um animal sacrificial colocado à sua entrada. Internamente, havia inúmeras imagens e assentos das entidades cultuadas. Ao contrário do que a nota tenta fazer crer era evidente que se tratava de um templo de culto afro-brasileiro, na posse de um morador pertencente a comunidade tradicional, que habitava a área do Parque Nacional muito antes da existência desta unidade de conservação.

Desta forma, solicitamos que as responsabilidades por essa ação sejam apuradas e que se inicie ações imediatas de retratação, indenização e reparação a Damaré, tais como ações de reconstrução dos bens destruídos, ações de fomento cultural ao terreiro, difusão sobre o jarê, educação para as relações étnico-raciais, educação para os direitos humanos. Quanto às ações

institucionais do PARNA Chapada, elas devem incluir de imediato o letramento racial de seus agentes e a abertura de discussões públicas para pactuação dos protocolos de atuação junto às comunidades tradicionais.